

ARCAÍSMOS EM GUIMARÃES ROSA

(Em memória de minhas avós, Rita e Olympia, e de seu Manuel Abel, marceneiro de primeira categoria, lá de Taperoá.)

Lúvia Suassuna*

RESUMO: No presente texto, tematizamos, inicialmente, a mutabilidade e historicidade da língua, com apoio na concepção de linguagem como fazer histórico, modo de ação sobre o mundo, e na teoria de Eugenio Coseriu sobre a mudança lingüística, esta última apresentada nas suas principais oposições com as clássicas dicotomias saussurianas. Em seguida, procedemos a uma revisão de literatura, com o objetivo de verificar diferentes aspectos do fenômeno do arcaísmo, enquanto manifestação da mudança lingüística e traço estilístico. À luz dos pressupostos indicados, mostramos exemplos de diversos arcaísmos utilizados por João Guimarães Rosa em duas de suas obras – *Grande sertão: veredas* e *Primeiras estórias*. As conclusões de nosso trabalho indicam que os arcaísmos de G. Rosa representam, para além de *fotografias* da fala popular ou regional antiga, um processo de criação e recriação de significados, concretização do permanente e potencial desequilíbrio da língua, superação do historicamente constituído, sendo isso o que confere estatuto literário à sua obra.

Palavras-chave: língua portuguesa, estilística, arcaísmo, história da língua portuguesa.

“A realidade do ethos de uma obra há que buscá-la na integração de todos os seus elementos, nas interferências, convergências, tensões por eles criadas.” (Dubois e outros, em Retórica geral)

1. MUTABILIDADE E HISTORICIDADE DA LÍNGUA

Coseriu (1979) trata da mudança lingüística. Logo no começo de sua obra, chama atenção para o fato de que esse fenômeno não deve ser investigado apenas em termos causais (por que as línguas mudam?), pois essa po-

* Universidade Federal de Pernambuco.

sição sugere que as línguas seriam naturalmente estáticas. Na verdade, apesar de seu caráter sistemático, todas as línguas são dinâmicas, isto é, estão em permanente mobilidade, vivendo sempre no eixo equilíbrio-desequilíbrio.

A idéia de que o sistema seria imutável é bastante evidente na obra de Ferdinand de Saussure. Para ele, os estudos sincrônico e diacrônico do sistema lingüístico se distinguem pelo fato de que, ao fazer diacronia, o lingüista perderia de vista a língua, detendo-se numa série de fenômenos que a modificam.

Coseriu se posiciona contra essa idéia, procurando, ao longo de toda a sua obra, mostrar que a relação sistema-sincronia não é uma relação necessária, e que a dicotomia sincronia-diacronia não só pode como deve ser superada, já que nasceu de um erro de perspectiva. Para Coseriu, não há contradição entre sistema e historicidade; aliás, ele ainda vai mais longe, ao dizer que a superação da dicotomia sincronia-diacronia só é realizável *na e pela* história.

A *langue* de Saussure seria, segundo ele próprio, social, supra-individual, abstrata, sincrônica. Mas como, de fato, a língua muda, podemos concluir que o sistema, para Saussure, é ideal, não sujeito a modificações. Ora, não é difícil perceber que “a língua que muda é a língua real em seu existir concreto” (Coseriu, 1979, p. 19). É aqui que se delinea o conceito de *histórico* adotado neste trabalho: a língua é histórica porque é resultado de um fazer, de uma necessidade expressiva dos homens, e porque se realiza no falar.

Outro ponto a se considerar é a existência, ao lado de um determinado estado de língua, de sistemas possíveis, atualizados na medida em que respondem às necessidades do fazer lingüístico. Isso mostra que o equilíbrio do sistema é precário, que a mutabilidade é característica essencial das línguas.

A perspectiva saussuriana peca exatamente pelas equivalências fala-diacronia e língua-sincronia, sendo o caráter histórico da língua bastante diverso daquele que lhe quer atribuir Coseriu ao afirmar que “a não-historicidade (sincronicidade) pertence ao ser da descrição e não ao ser da língua.” (p. 27). Na verdade, história e teoria não se excluem.

O caráter da mudança lingüística é complexo: se uma língua muda, percebemos isso em função de um estado lingüístico anterior; mas, quando se trata do aqui-e-agora, temos, então, o estabelecimento de uma nova tradição. Daí por que Coseriu diz que a mudança é fator de descontinuidade em relação ao passado, e, simultaneamente, fator de continuidade em relação ao futuro.

No caso dos arcaísmos, esse caráter complexo da mudança lingüística se faz nítido: não temos apenas, com o emprego do arcaísmo, uma mera “volta ao passado”. Se levamos em conta que a língua é resultado de um fazer histórico, temos que encarar o emprego de formas ditas arcaicas como a configuração de um novo uso, decorrente de uma nova postura do usuário diante do sistema lingüístico. Provavelmente, a redução do problema da mudança à busca de suas causas decorre da consideração da língua como entidade abstrata, independente da intencionalidade dos sujeitos que a fazem.

É interessante notarmos a atualidade de Coseriu quando sugere uma superação da visão de língua como código. Se, de fato, a língua fosse código, a não-mudança seria condição de seu funcionamento. Mas o que na verdade ocorre é que a língua muda para continuar funcionando.

E essa mudança é um contínuo fazer, através da atividade lingüística concreta. Cada forma do sistema se reconstitui nessa atividade concreta; nada na língua é definitivo. Daí a necessidade de encaixe da realização da língua na consideração das mudanças lingüísticas. Não mais serve, para tal, a dicotomia *langue x parole* de Saussure, que deixa a concretude fora da ciência.

Basicamente, a motivação para esse enfoque de Saussure foram os postulados da sociologia de Durkheim. Quer dizer, a língua tem existência somente na massa social; é exterior ao indivíduo e impõe-se a ele; o indivíduo não cria nem modifica a língua; a língua deve ser estudada enquanto sistema abstrato de relações entre os signos.

Coseriu, por sua vez, é bastante incisivo quando se propõe rever esse caráter social da língua. Segundo ele, a língua não é extra-individual, mas interindividual. Já se pode perceber, nessa sua crítica a

Saussure, uma perspectiva pragmática, no sentido de que a linguagem promove a interação social, caracterizando o ser do homem como “ser com o(s) outro(s)”. E está justamente nessa interação a historicidade da língua.

Além disso – e por causa disso –, os fatos sociais não se impõem ao indivíduo; ao contrário, os indivíduos criam e recriam o sistema lingüístico, determinando a dimensão interacional da língua. Curioso é que Coseriu cita Humboldt, admitindo, com ele, que língua não é *érgon* e sim *energéia*, isto é, língua é antes atividade que um produto que resulta dessa atividade.

2. INOVAÇÃO – ADOÇÃO – MUDANÇA: REPLICANDO COSERIU

Discutidas as limitações do problema causal da mudança lingüística, Coseriu posiciona-se nos seguintes termos: a pergunta sobre isso deveria ser “por que mudar é próprio da língua?”. Ao que ele mesmo responde, dizendo:

“... a língua muda justamente porque não está feita, mas, sim, faz-se continuamente pela atividade lingüística. Em outros termos, muda porque é falada: porque existe apenas como técnica e modalidade do falar. O falar é atividade criadora, livre e finalista, e é sempre novo, enquanto se determina por uma finalidade expressiva individual, atual e inédita. O falante cria ou estrutura a sua expressão utilizando uma técnica e um material anterior que o seu saber lingüístico lhe proporciona. A língua, pois, não se impõe ao falante, mas se lhe oferece: o falante dispõe dela para realizar a sua liberdade expressiva.” (p. 63-4)

Isso tudo é dito para entendermos a colocação seguinte: o falante dispõe da língua, é verdade; mas sua atuação lingüística se insere, necessariamente, num quadro social mais amplo. Ou seja, o falante – embora um criador – utiliza-se do sistema e das tradições constituídas pela norma. Entende-se aqui por que Coseriu, na citação acima, fala de um *saber lingüístico* do falante.

Pode acontecer, entretanto, que o falante execute sua intenção comunicativa valendo-se das possibilidades do sistema. Quer dizer, o acatamento à norma e ao sistema varia conforme a situação de interação e as intenções do usuário da língua. A todo uso que se afasta do sistema Coseriu dá o nome de *inovação*. Se o interlocutor aceita uma inovação e lhe dá novos empregos, tem-se, então, a *adoção*. E neste ponto discordamos de Coseriu, para quem a inovação não é essencial diante do problema da mudança lingüística. Coseriu pensa que a inovação não é mudança; esta seria resultado da generalização da inovação. Diz ele: “toda mudança é originalmente uma adoção” (p. 72).

As diferenças entre inovação e adoção podem ser resumidas no quadro abaixo:

INOVAÇÃO	ADOÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• fato de fala• determinada por circunstâncias e finalidades do ato lingüístico• superação da língua• pode ter causas físicas	<ul style="list-style-type: none">• fato de língua• transformação dum experiência em “saber”• adequação da língua à sua superação• determinações finais

Ora, em nossa opinião, Coseriu ainda revela, através dessa posição, a preocupação com o social que ele criticara em Saussure. Em primeiro lugar, achamos que a inovação resulta de uma necessidade expressiva tanto quanto a adoção. Em segundo lugar, o sistema é modificado (ou, ao menos, desequilibrado) quando há inovação. Em terceiro lugar, o caráter mental não pertence apenas à adoção, pois o falante, a nosso ver, sabe o que quer e o que faz quando inova. Finalmente, pensamos que muito da historicidade da língua se perde se só virmos mudança lingüística a partir da adoção. Ao tratar de inovação e adoção, Coseriu não levou até onde podia o caráter histórico do permanente fazer lingüístico, limitando-o à generalização (ou socialização) da inovação.

E daqui, da opinião de Coseriu acerca da inovação, nasceu o tema deste trabalho. Iniciamos algumas reflexões a respeito do assunto porque lembramos, na leitura de *Sincronia, diacronia e história*, o linguajar de Guimarães Rosa. Passemos adiante, deixando a pergunta: inovar (não) é mudar?

3. REVISÃO DE LITERATURA: CONCEITO DE ARCAÍSMO

O arcaísmo pode ser definido de várias formas. Neste item, procuraremos expor alguns conceitos de arcaísmo, para, depois, sintetizá-los, assumindo uma determinada visão que sirva para a apreciação da obra de Guimarães Rosa, em função do objetivo geral do nosso trabalho – mostrar o emprego do arcaísmo como uma forma de inovação literária.

Lapa (1982) destaca o dinamismo da língua e a criação lingüística como a utilização, “para novos fins, do material existente”. Ele afirma que, dentro desse material lingüístico, há um número considerável de vocábulos com significado idêntico, sendo que muitos desses vocábulos não são mais usados. Porém, alguns usuários da língua voltam a empregá-los, particularmente por seu poder evocativo. Então, ele define os arcaísmos como “essas restaurações, obrigadas ou voluntárias, da linguagem antiga”. Ainda conclui dizendo que as palavras não desaparecem da língua de uma só vez, havendo um período em que o vocábulo usual e o “velho” coexistem.

A definição de arcaísmo de Coutinho (1976) é: “arcaísmos são palavras, formas ou expressões antigas, que deixaram de ser usadas”. Também este autor se refere à lentidão das mudanças, que podem ser de forma ou de sentido. Coutinho mostra que, às vezes, alguns vocábulos se arcaízam em determinada forma, mas as derivadas continuam apresentando a raiz arcaica; em outros casos, a palavra pode se conservar na forma, sofrendo alteração na significação (é o caso, por exemplo, de *bárbaro* e *britar*).

Várias são as causas do arcaísmo, segundo o autor:

- a) desaparecimento do costume, objeto ou instituição designados pelo termo;
- b) sinonímia ou neologismo;
- c) eufemismo;
- d) degradação de sentido;
- e) sentido especial;
- f) homonímia.

Não aprofundaremos aqui a questão das causas do arcaísmo, pois elas não constituem o escopo deste trabalho. Mais importante, parece-nos, é a divisão histórica das fases da língua portuguesa. Para Coutinho, o marco divisório entre as duas mais importantes fases do idioma – arcaica e moderna – é o século XVI, porque, a partir daí, a língua portuguesa apresenta um maior número de traços que a diferenciam da que foi usada em Portugal nos séculos anteriores.

No trabalho de Silva Neto (1979), encontra-se uma primeira proposta de divisão do período arcaico em duas partes:

- I. a fase trovadoresca, galego-portuguesa (do último terço do século XIII até 1350 ou 1358);
- II. a fase da prosa histórica, verdadeira e exclusivamente portuguesa (de 1385 até o século XVI).

Em seguida, este autor se refere a outras posições de estudiosos do português arcaico, mostrando uma outra possibilidade de divisão do período arcaico:

- I. período proto-histórico, de complexa e obscura elaboração (do século IX ao século XII);
- II. período trovadoresco, de língua literária, com base no grupo lingüístico galego-interamnense (até 1350);
- III. período do português comum (segundo C. Michaëlis, o da prosa histórica).

Sobre a mudança lingüística, Silva Neto, em comparação com Coseriu, nos parece mais satisfatório, ao afirmar que a mudança está na dependência da combinação iniciativa individual-aceitação coletiva.

va. Todavia, ainda se percebe, em sua obra, um certo *fatalismo social*, no sentido de que o indivíduo age apenas como membro de uma coletividade. Vejamos o que ele diz, após dar destaque ao complexo sistema de mudanças históricas da língua no tempo e no espaço:

“... a todo instante surgem **inovações**, cujo destino vai depender da estrutura social, ou seja, no caso, da força com que a língua, como instituição, se impõe aos indivíduos. A **inovação**, que parte do indivíduo, pode restringir-se a ele e, portanto, abortar – ou, pelo contrário, generalizar-se na comunidade.”
(p. 15)

É curiosa a forma como Silva Neto aborda a questão da mudança. Acima, ele diz que a inovação não vinga se se restringe apenas ao indivíduo. Entretanto, continuando, ele se refere à combinação indivíduo-coletividade no que diz respeito ao mesmo fenômeno, ponto em que se pode notar uma contradição:

“Em todo fato lingüístico, há que distinguir, pois, a criação e a coletivização. Dessarte a mudança depende da sucessão e da combinação da iniciativa individual com a aceitação coletiva. E não se diga que a partir do indivíduo a inovação lhe confere os poderes sobrenaturais de um deus ex machina: somente subsistem os esforços individuais realizados no sentido das tendências lingüísticas. O autor anônimo da inovação apenas interpreta a direção geral da língua, há entre ele e a massa falante profunda e integral intercomunicação. Ele não age como pessoa, mas como órgão da coletividade: isso explica a unificação e generalização do fenômeno.” (p. 15-6)

No dicionário de Dubois e outros (1978), encontramos que o arcaísmo é “uma forma léxica ou uma construção sintática pertencente, numa dada sincronia, a um sistema desaparecido ou em via de desaparecimento”. Os autores também definem arcaísmos como formas usadas por locutores mais velhos em comparação com a norma comum de locutores mais novos numa mesma comunidade lingüística. Finalmente, Dubois e outros fazem referência à ligação arcaísmo-estilística: “em estilística, o arcaísmo é o emprego de um termo pertencente a um estado de língua antigo e não mais usado na língua contemporânea: o arcaísmo faz parte do conjunto dos desvios entre a língua padrão e a comunicação literária” (p. 65).

Câmara (1977) define os arcaísmos como “vocábulos, formas ou construções frasais que saíram do uso na língua corrente e nela refletem fases anteriores nas quais eram vigentes”. O autor também fala do arcaísmo em sua relação com a norma regional: “Do ponto de vista da língua comum e sua norma, diz-se que há arcaísmos em falares regionais, em que se mantêm por tradição oral formas e construções que a língua comum abandonou e não entram no seu uso normal”. A respeito do arcaísmo e seu emprego na literatura, diz Câmara:

“Os arcaísmos são especialmente encontráveis na língua literária, onde obras literárias antigas continuam a impor certos padrões estéticos; diz-se arcaizante o escritor que emprega arcaísmos em relação à língua comum do seu tempo, para fins estilísticos, ‘na única intenção de dar uma certa cor ao seu estilo’ (Vendryès, 1933, 179)”

Discutamos agora algumas das posições dos autores citados quanto à questão das mudanças lingüísticas em geral e dos arcaísmos em particular, no sentido de delinear o conceito de arcaísmo que será utilizado na análise posterior da linguagem de Guimarães Rosa.

Primeiramente, admitimos a mutabilidade e historicidade das línguas, no sentido que lhes foi atribuído até aqui. Apenas achamos que não se deve falar em *evolução* lingüística, pois essa visão sugere que as línguas *mudam para melhor* ou se alteram qualitativamente.

A mudança lingüística pressupõe um novo uso do sistema, correspondente a finalidades específicas. Daí por que o emprego do arcaísmo não se limita ao resgate de uma palavra tida como *desaparecida*. Também por isso, uma palavra não se torna arcaica porque há sinônimas dela que passam a ser usadas. Vemos o emprego do arcaísmo como uma mudança que resulta da historicidade da língua, como um recurso pelo qual se materializam as intenções do locutor. Certamente, o *poder evocativo* citado por Lapa (1982) se explica por esse jogo de intenções que é a linguagem.

Um aspecto do arcaísmo é comum nos autores pesquisados: ele é o emprego de expressões que deixaram de ser usadas ou que são mais raras num determinado estado de língua. Para evitar uma

adjetivação imprecisa (expressões “novas” e “velhas”, período “antigo” etc.), e um julgamento subjetivo em torno da “idade” das expressões, preferimos adotar o critério cronológico e tomaremos como marco divisório entre os dois períodos da língua (arcaico e moderno) o século XVI, tal como sugerido por Coutinho (1976).

Não trataremos aqui do arcaísmo em função da linguagem de gerações numa mesma comunidade lingüística, por correr, com isso, o risco do julgamento subjetivo que pretendemos evitar. Destacamos a relação arcaísmo-norma regional, apontada por Câmara (1977). Nos livros de Guimarães Rosa que examinamos, tivemos certa facilidade de localizar expressões arcaicas pelo seu aspecto regionalista. Talvez isso se deva ao fato de que a linguagem interiorana é mais conservadora, se a compararmos com a urbana.

Discordamos de Câmara, entretanto, no que tange à relação arcaísmo-estilística: não vemos o emprego do arcaísmo como consequência da imposição do modelo literário, nem como desvio para se atingir um único fim. É possível vermos no arcaísmo uma estratégia pragmática: há um jogo de intenções que se estabelece pelo uso da linguagem.

4. ARCAÍSMO COMO RECURSO ESTILÍSTICO

O problema do arcaísmo é apresentado por Riffaterre (1973) numa discussão prévia acerca de um erro de perspectiva analítica, que passamos a expor.¹ O texto literário escrito é dotado de uma certa permanência no tempo e no espaço, podendo existir na forma original como o autor o concebeu. Acontece que o *quadro lingüístico de referência* muda com o tempo, podendo, portanto, haver dissimetria ente os momen-

¹ Fazemos algumas restrições ao enfoque estruturalista deste autor. Na verdade, vamo-nos valer de algumas de suas idéias que julgamos adequadas ao tipo de análise que nos interessa fazer, deixando de lado alguns pontos como a relação codificador/decodificador, os *patterns* e outros.

tos de produção do texto e de sua leitura. O erro de perspectiva consiste exatamente num tratamento fragmentado do complexo processo de produção-leitura do texto literário.

Segundo o autor, a estilística tem meios para resgatar os efeitos de sentido de um texto presentes na época em que foi escrito, transpondo-os para o tempo de hoje e buscando explicar esses efeitos no leitor atual. Para Riffaterre,

“... o ponto de vista específico da estilística deve abranger a simultaneidade da permanência e da modificação. Deve combinar sincronia e diacronia, o que é possível graças à dicotomia entre codificador e decodificador.” (p. 39)

De um lado, tem-se a conservação, pela escritura, do texto literário; de outro, as “diferentes atualizações dos potenciais do texto”. A partir dessa combinação, chegar-se-ia a uma explicação da preservação dos efeitos, a despeito do desaparecimento do quadro de referência. Do ponto de vista lingüístico, “trata-se de saber em que medida e de que modo um sistema imutável permanece eficaz, enquanto as referências mudam e uma distância cada vez maior se estabelece entre o código do autor e o do leitor” (p. 39).

Riffaterre ainda crê que a combinação sincronia-diacronia pode dar conta da utilização dos arcaísmos como processo estilístico. A particularidade estilística dos arcaísmos está em que eles fazem parte de um código especial, marcado pela percepção de estados passados da linguagem. Quer dizer, o efeito do uso do arcaísmo seria resultado da *consciência etimológica* do leitor, percebido pelo contraste entre a estrutura arcaica e o contexto no qual é empregada. O autor também aponta para o fato de que a combinação sincronia-diacronia permite delimitar o arcaísmo, mas também é parte necessária do global do texto.

Como limitações do ponto de vista de Riffaterre, citaríamos as afirmações que se baseiam numa perspectiva estruturalista e dicotômica da linguagem (sincronia x diacronia; codificador x decodificador; permanência x modificação). No nosso entender, o quadro de referências não muda apenas por causa do passar do tempo, mas de leitor para leitor ou autor num mesmo momento histórico. Pensamos ainda que

não é só a estilística que daria conta da dissimetria causada pelo arcaísmo, mas qualquer estudo lingüístico que se deslocasse do enfoque meramente estruturalista.

De qualquer forma, achamos positivo que o autor se refira à complexa relação autor-leitor, e que se coloque contra uma abordagem fragmentada desse processo. Também ressaltamos sua visão da leitura como atualização do que o texto carrega potencialmente consigo.

Em segundo lugar, citamos Kerbrat-Orecchioni (1977), que faz excelentes considerações acerca do estilo literário em sua obra. A autora emprega o termo *conotações* para designar um conjunto bastante amplo de fatos cuja função seria posicionar a mensagem numa realidade lingüística particular, ou numa determinada produção textual. Orecchioni dedica uma parte de seu livro ao tratamento de algumas conotações estilísticas, que ela classifica em quatro categorias:

- a) históricas (relativas às variantes diacrônicas);
- b) geográficas (relativas às variantes regionais);
- c) sociais (relativas aos níveis de língua);
- d) de gênero (relativas às correntes estilísticas e aos tipos de discurso).

Interessante é que, para ela, a conotação não se estabelece *a priori*: o chamado jogo dos contextos é que atribuiria marcas conotativas do discurso. Diz a autora:

“... na sua atualização no discurso, uma palavra pode-se poetizar, se vulgarizar, ou perder, ao contrário, sua marca conotativa, e os efeitos do contexto podem neutralizar um termo marcado ou marcar um texto neutro.” (p. 97, tradução nossa)

Inclusive, para sustentar esse ponto de vista, Orecchioni aponta para as limitações da análise sêmica tradicional, que não dá conta de aspectos textuais do estilo.

O ponto desenvolvido após as conotações estilísticas é a conotação enunciativa. Se, por um lado, é possível (e necessário) fazer-se distinção, em certo nível analítico, entre a carga semântica da estru-

tura lingüística propriamente dita e os valores extralingüísticos que lhe são inerentes, sustenta a autora que, apesar disso, conotação estilística e conotação enunciativa estão estreitamente ligadas.

Devem-se considerar enunciativos os fatos lingüísticos que se deslocam do referente, passando a centrar-se em outros elementos do processo enunciativo. Daí a ligação, com a estilística, do enunciador, do alocutário, da relação enunciador-alocutário, da tipologia de discurso, enfim, de tudo que diz respeito à situação discursiva.

Tendo dado esse passo, Orecchioni se lança a uma rica discussão em torno do binômio conotação-ideologia. Primeiramente, ela reconhece que, dentro da enunciação, inscreve-se uma atitude avaliativa do enunciador frente ao mundo e ao discurso. Ou seja, a enunciação traz a marca da posição ideológica de quem a constrói. Penso que é isso que a autora quer dizer quando escreve:

“... em certa medida, todas as conotações estilísticas são interpretáveis em termos de ideologia, porque toda escolha estilística implica uma valorização implícita de tal ou qual forma de discurso...” (p. 216, tradução nossa)

Orecchioni afirma, ainda, que a valorização de determinada função da linguagem não é inocente (o que, certamente, decorre desse processo de “*ideologização*” do discurso).

Em segundo lugar, merece destaque o que é colocado no livro sobre o discurso literário. Na verdade, o texto literário é a cristalização de um mundo recriado; isto é, corresponde à visão que o autor tem do mundo que se nos apresenta. Evidentemente, essa *reinvenção do mundo* está necessariamente atada a uma reinvenção da linguagem. Foi bastante feliz a autora quando citou Umberto Eco: “uma certa maneira de se servir da linguagem se identifica com uma certa maneira de pensar a sociedade.” (p. 217, tradução nossa).

Ainda destacamos o que Orecchioni nos apresenta quando da discussão sobre se o texto reforça ou desagrega a ideologia. Um fato é certo: o texto procura desmascarar a transparência da linguagem, que é um fato da ideologia.

Até aqui, já devem ter ficado claras as vantagens de uma abordagem enunciativa do estilo literário se a compararmos com o enfoque estruturalista. A recuperação, na análise do fato literário, de outros elementos do processo enunciativo além do referente nos parece muito fértil, pois dá uma nova dimensão aos recursos estilísticos, insuficientemente interpretados quando se permanece no nível do sistema lingüístico. É o caso dos arcaísmos que escolhemos como recurso para analisar. Um termo arcaico não é simplesmente um termo antigo, ou um termo que designa um referente desaparecido num dado quadro de referência. Como a própria Orecchioni sugere, devemos reconhecer que não é a palavra em si que é significativa, mas o fato de ela ser empregada, posição compartilhada por Coseriu.

5. ARCAÍSMOS NA OBRA DE JOÃO GUIMARÃES ROSA

Os arcaísmos aqui apontados foram retirados dos livros *Grande sertão: veredas* e *Primeiras estórias*, escolhidos aleatoriamente. Abreviaremos os títulos usando as siglas GSV e PE, respectivamente. Os exemplos correspondem às construções que achamos, tomando por base cotejo com obras do chamado período arcaico da língua portuguesa ou indicações de arcaísmos apresentadas por Silva Neto (1979) e Coutinho (1976), que, por sua vez, também seguem o critério cronológico na demarcação das fases da língua portuguesa.

Primeiramente, citaremos os arcaísmos localizados em Silva Neto e Coutinho. Esses autores estabelecem diferenças entre os vários tipos de arcaísmo (sintáticos, morfológicos, fonéticos, semânticos). Não apresentaremos, todavia, as construções de Guimarães Rosa segundo esse tipo de classificação, pois preferimos tecer comentários sobre os exemplos na segunda parte deste capítulo, após sua listagem.

Eis os exemplos:

- reposta, riposta (= resposta)
A bala com bala ripostavam. (GSV, p. 165)

- alimpar (= limpar)
... *a gente se alimpou tanto, que todos os feios passados se exalaram...*
(GSV, p. 20)

- alembiar (= lembrar)
Num lugar, o Tuim, me alembro. (GSV, p. 455)

- meizinha (= mezinha, medicina)
... *Raymundo Lé, que entendia de curas e meizinhas...* (GSV, p. 73)

- assoprar (= soprar)
... *assopra na mão a tua boa vingança...* (GSV, p. 409)

- preguntar (= perguntar)
– *Eu vim preguntar a vosmecê uma opinião sua explicada...* (PE, p. 9)

- arrearar (= reparar)
Melhor, se arrepare... (GSV, p. 11)

- agarantir (= garantir)
– *Vosmecê agarante, pra a paz das mães, mão na Escritura?* (PE, p. 11)

- sinalar (= assinalar)
Medeiro Vaz te sinalou com as derradeiras ordens... (GSV, p. 64)

- malino (= maligno)
Sertão não é malino. (GSV, p. 394)

- obra de (= cerca de)
... *ainda era mais próxima do rio, obra de nem quarto de légua...* (PE, p. 27)

- figurar (= achar)
– *Figuro que ela algum nome já tem, só que não se saiba.* (GSV, p. 431)

- duas negativas pré-verbais
Nosso pai nada não dizia. (PE, p. 27)

- regência (= dever + de)
Por lá devia de ter algum pote fresco (GSV, p. 443)

- pleonasma (= sintático/semântico)
Nossa mãe, a gente achou que ele ia esbravejar... (PE, p. 27)
... mas persistiu somente alva de pálida... (PE, p. 27)
... perto e longe de sua família dele. (PE, p. 28)

- inversão
Todo dia isso faço, gosto... (GSV, p. 9)

- concordância (= verbo no plural referindo-se a sujeito coletivo singular)
Mas a gente vamos carecer de uns cavalos... (GSV, p. 342)

Agora, vejamos alguns exemplos de construções arcaicas encontradas em obras do período arcaico e em Guimarães Rosa:

- cá (= aqui)
... dize à Morte pra vir cá. (Gil Vicente, em *Os autos das barcas*, p. 121)
Cá eu não quero questão com o governo... (PE, p. 10)

- mia, meo (= minha, meu)
Digades, filha mia filha louçana... (Pero Gonçalves de Porto-Carreiro, em *Paralelística*, citado por S. Silva Neto, p. 402)
– *Meo fi'o, q'vaca qu' é essa?* (PE, p. 56)

- trespor (= transpor)
e pera serdes tresposta
em a alta costa... (Gil Vicente, em *Antologia do teatro de Gil Vicente*, p. 17)
... a lamparina arriava na parede, se trespunha diversa... (GSV, p. 91)
- demo (= demônio)
... fazem as compras na feira do demo. (Gil Vicente, em *Antologia do teatro de Gil Vicente*, p. 50)
Demos, os Dagobés, gente que não prestava. (PE, p. 22)
- loa, loar (= cantiga, cantar)
mais ora quero fazer um cantar
en que vos loarei tôda via
e vêdes como vos quero loar... (João Garcia de Guilhade, cantiga, citado por M. Moisés, p. 28)
E o Fonfrêdo cantava lôas de não se entender... (GSV, p. 142)
- de comer, o de comer (= comida)
mandar fazer de comer,
Senhora, pera meu senhor (Symão de Sousa, em *Cancioneiro geral*, de G. de Resende, p. 122)
Mostrei o de comer, depositei num oco de pedra... (PE, p. 28)
- mercê (= favor)
Lembreu' coutra merçe
de mym nũa foy pedida... (Bernaldim Rybeiro, em *Cancioneiro geral*, de G. de Resende, p. 98)
... pedimdo lhe por merçe que lhe não fose feyto nenhũ desaguisado...
(Fernão Lopes, em *Crônica de D. João I*, p. 16)
Agora, se me faz mercê, vosmecê me fale... (PE, p. 11)
... não contei ao senho – e mercê peço... (GSV, p. 453)

- donde, adonde (= onde)

Olhay bẽ como nos tratã,

& vereis como nos correm:

que sse goardam donde morrẽ

as que viuem donde matam. (Francisco Lopez, em *Cancioneiro geral*, de G. de Resende, p. 94)

– *Adonde!... E nem não foi essa cadela.* (GSV, p. 361)

- depois (= depois)

E avemdo seu comcelho e dada despoes resposta ao Comde, acharã que se não podia fazer... (Fernão Lopes, em *Crônica de D. João I*, p. 14)

Seja, que aceito... depois. (PE, p. 54)

- riba (= cima)

Das gentes que entrarã per a beira e per riba D’Odiana e da maneira que el rey sobre ello teve. (Fernão Lopes, em *Crônica de D. João I*, p. 347)

... que lá em riba, de lá tu mais alcança... (GSV, p. 441)

- sus! (= interjeição)

– *Ora, sus!, que fazes tu?* (Gil Vicente, em *Os autos das barcas*, p. 28)

– *Sus e eia! Abroquelemo-nos...* (PE, p. 37)

- demoninhado, demõiado (= endemoninhado)

A minha te digo eu

que, sea visses assanhada,

pare demoninhada (Gil Vicente, em *Antologia do teatro de Gil Vicente*, p. 61)

– *A senhora conheça, dona, um homem demõiado, que foi...* (GSV, p. 452)²

² Cf., em Gil Vicente, a nasalação de vogal sem consoante nasal: *Trazeis algũa galinha?* (*op. cit.*, p. 70)

Se fizermos uma classificação dos arcaísmos detectados, vamos perceber uma frequência maior de metaplasmos, que podem ser definidos como alterações na continuidade fônica ou gráfica da mensagem (Dubois e outros, 1974). Na verdade, não é uma classificação pura e simples dos arcaísmos que nos interessa fazer, mesmo porque, algumas vezes, construções arcaicas do ponto de vista sintático podem também ser consideradas como pertencendo ao campo semântico, por exemplo.

A análise dos arcaísmos por tipo é aqui apresentada apenas com o intuito de se promover uma visão mais ampla do conjunto levantado, sendo que reservamos a discussão sobre o emprego do arcaísmo e sua característica literária para a etapa seguinte, neste mesmo item do trabalho.

Os metaplasmos podem ser de supressão ou adjunção; dependendo da posição em que ocorrem, recebem nomes específicos. Vejamos num quadro:

METAPLASMOS					
SUPRESSÃO			ADJUNÇÃO		
COMEÇO	MEIO	FIM	COMEÇO	MEIO	FIM
AFÉRESE	SÍNCOPE	APÓCOPE	PRÓTESE	EPÊNTESE	PARAGOGE
sinalar demoninhado	reposta malino mia	demo	alimpar alembiar assoprar arreparar agarantir donde adonde	meizinha despois	não ocorreu

Houve também, no levantamento, um caso de metástese (*preguntar*) e um de assimilação (*trespor*), que se enquadram no grupo dos fenômenos de nível fônico ou gráfico.

O segundo tipo mais freqüente de arcaísmo foi o semântico (oito casos):

ARCAÍSMOS SEMÂNTICOS
Obra de
Figurar
cá
loa, loar
de comer, o de comer
mercê
riba
sus

Em terceiro lugar, ficaram os arcaísmos sintáticos:

ARCAÍSMOS SINTÁTICOS
duas negativas pré-verbais
regência (queda ou acréscimo de preposições)
pleonasma
inversão
concordância (especialmente com coletivo)

O que interessa, agora, depois dessa breve categorização, é levantar uma discussão acerca do emprego dos arcaísmos como recurso estilístico e literário. Dubois e outros (1974) apresentam uma visão bastante satisfatória do fenômeno.

Inicialmente, é preciso reconhecer que o uso de expressões arcaicas na literatura se relaciona, necessariamente, com o processo das relações entre o sujeito e o mundo (sendo sujeito, aqui, tanto o produtor quanto o leitor do texto literário). Se, por um lado, o arcaísmo é parte de um novo dizer, por outro ele é percebido como desequilíbrio

do sistema (que levaria a um novo “ler”). Por isso mesmo, chamamos atenção para a dinamicidade que se esconde por trás do que é, aparentemente, estático ou velho.

Dubois e outros, da mesma forma que Orecchioni, consideram o modelo da análise sêmica como insuficiente para explicar os efeitos de sentido gerados pelo uso do arcaísmo. Também não é possível fazê-lo se se fica no nível fônico ou gráfico da análise. Os autores deixam isso muito claro quando afirmam:

“... o fenômeno da homofonia, tomado unicamente do ponto de vista metaplásmico, não pode esclarecer a eficácia do fenômeno retórico...” (p. 83)

O efeito do uso estaria, então, na dependência dos significados que as construções põem em questão; os autores insistem no “estatuto literário” de estruturas metaplásmicas ou arcaicas.

Voltando aos exemplos – que sentido ou sentidos podem estar sendo instaurados com *figurar*, *loa*, *mercê*? Palavras como *agarantir* e *depois* são apenas casos de mudança em nível fônico? A análise sêmica daria conta da dissimetria entre *de comer* e *comida*? Como pensar a língua como sistema imutável diante de *malino* ou *alva de pálida*? Passemos às conclusões.

6. CONCLUSÕES

Ao adotarmos a concepção de linguagem que subjaz a toda a discussão desenvolvida até agora, tentamos deixar de lado a visão de língua como sistema informativo, como também as dicotomias saussurianas do tipo língua x fala, sincronia x diacronia. Em outras palavras, encaramos o uso da linguagem como processo histórico, fazer simbólico permanente, forma de ação no mundo.

Apoiamo-nos, para analisar o estilo de G. Rosa, entre outras, nas idéias de Coseriu acerca da mudança lingüística, replicando o autor no tocante à sua opinião sobre a inovação. Na nossa opinião, o fazer lin-

güístico é caracterizado por um estado de permanente desequilíbrio. Sendo assim, temos, com a inovação, independentemente de seu alcance (em termos de adoção pelo grupo), uma mudança lingüística. Mudança porque cada enunciação é singular, mesmo carregando consigo a história de outras enunciações.

Se se leva em conta, além disso, a intencionalidade própria do uso da linguagem, vê-se que o emprego que G. Rosa faz do arcaísmo vai além de um processo simplesmente cronológico (de mobilidade no tempo). Faz-se necessário investigar que intenções podem estar por trás de cada construção considerada arcaica. Na verdade, o texto também é marcado pelos efeitos de sentido que pode gerar quando de seu desvelamento.

Também é válido notar que o arcaísmo, bem como outros recursos estilísticos, corresponde a uma “violação” do código lingüístico tradicional. Isso só vem confirmar que a língua não é só código: o reconhecimento da linguagem como um jogo de representações justifica plenamente a superação contínua, pela linguagem, daquilo que já foi historicamente constituído.

G. Rosa apresenta um estilo absolutamente novo, em vários sentidos. Mais do que um escritor regionalista, mais do que um reproduzidor da linguagem popular, G. Rosa é universal: recria o mundo através de construções lingüísticas que têm, entre muitas, a característica regional. Mas a linguagem arcaica não aparece apenas na fala dos personagens. Há todo um jogo de palavras, arcaicamente marcado, mesmo na fala do narrador.

A visão de mundo de G. Rosa está refletida na desagregação da linguagem tradicional e na reconstituição que o autor faz dela a cada instante. *Grande sertão: veredas* e *Primeiras estórias* são um amontoado de exemplos da postura do escritor diante do mundo e da linguagem. G. Rosa vive, através de sua obra, esse permanente e potencial desequilíbrio da língua.

Através do arcaísmo, o autor recria o mundo das significações. Seu dizer, ao contrário do que se poderia pensar, é cada vez mais novo, cada vez mais singular. Finalizando, gostaríamos de acrescentar que

essa recriação do mundo e da linguagem põe em questão o próprio estatuto da literatura: G. Rosa, ao dizer, pensa sobre a literatura. Sua obra é, na verdade um texto literário que fala, também, do literário. Por isso, inovar é mudar; não apenas no sentido lingüístico estrito, mas no sentido de que a inovação em G. Rosa é evidente e serviu para mudar a literatura e a nossa visão de mundo.

BIBLIOGRAFIA

- CÂMARA, J. M. (1977) *Dicionário de lingüística e gramática*. 7. ed. Petrópolis, Vozes.
- COSERIU, E. (1979) *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Rio de Janeiro, Presença.
- COUTINHO, I. L. (1976) *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- DUBOIS, J. e outros. (1978) *Dicionário de lingüística*. São Paulo, Cultrix.
- _____. *Retórica geral*. (1974) São Paulo, Cultrix.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1977) *La connotation*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- LAPA, M. R. (1982) *Estilística da língua portuguesa*. São Paulo, Martins Fontes.
- LOPES, F. (1949) *Crônica de D. João I*. Porto, Livraria Civilização Editora, Biblioteca Histórica.
- MOISÉS, M. (1975) *A literatura portuguesa*. 3. ed. São Paulo, Cultrix.
- RESENDE, G. de. (1617) *Cancioneiro geral*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- RIFFATERRE, M. (1973) *Estilística estrutural*. São Paulo, Cultrix.
- ROSA, J. G. (1967) *Grande sertão: veredas*. 5. ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____. (1976) *Primeiras estórias*. 9. ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- SILVA NETO, S. da (1979) *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Presença.
- VICENTE, G. (1974) *Antologia do teatro de Gil Vicente*. Introd. e estudo crítico por Cleonice Berardinelli, 2. ed. Rio de Janeiro, Grifo.
- _____. (s.d.) *Os autos das barcas*. 4. ed. Publicações Europa-América, série Livros de Bolso, n. 55, s.l.

ABSTRACT: In this paper, we discuss, initially, language mutability and historicity, based on the conception of language as a historical practice and as way of action, and in Eugenio Coseriu's theory about language changing. In this last case, the theory is shown in its main oppositions with the classical Saussure's dichotomies. Then, we overviewed the literature to verify different aspects of the phenomenon of archaism as manifestation of language change and stylistic mark. Based upon these theoretical frameworks, we show examples of some

SUASSUNA, Livia. *Arcaísmos em Guimarães Rosa*.

archaisms employed by João Guimarães Rosa in two of his works – *Grande sertão: veredas* and *Primeiras estórias*. The conclusions of our research indicate that Rosa's archaisms, beyond old popular or regional speech, is a process of meaning creation and re-creation, which represents the permanent and potential language instability, a rupture of historically established patterns, thus conferring literary *status* to his extensive work.

Keywords: Portuguese language, stylistics, archaism, Portuguese language history.